

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL**

ALESSANDRA MENEGAIS RAMOS
BRENDHA TAYNARA STOEBERL
BRUNA MEINERZ
GIOVANA STREHL GAUTO
JOANA DE ALMEIDA ZANETTI
THAIS JULIANA FURQUIM VICENTE

**EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ESTUDANTE DO IFSC -
JARAGUÁ DO SUL**

Jaraguá do Sul
2016

Alessandra Menegais Ramos
Brendha Taynara Stoeberl
Bruna Meinerz
Giovana Strehl Gauto
Joana de Almeida Zanetti
Thais Juliana Furquim Vicente

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ESTUDANTE DO IFSC - JARAGUÁ DO SUL

Projeto de pesquisa desenvolvido no eixo formativo diversificado “Conectando Saberes” do Curso Técnico em Química (Modalidade Integrado) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Jaraguá do Sul.

Orientadora: Giana Carla Laikovski
Coordenadora: Carla Fernanda da Silva Satler

Jaraguá do Sul
2016

SUMÁRIO

1. 1 TEMA.....	04
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	04
3 PROBLEMA.....	04
4 HIPÓTESES.....	04
5 OBJETIVOS.....	04
5.1 Objetivos Gerais.....	04
5.2 Objetivos Específicos.....	05
6 JUSTIFICATIVA.....	05
7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	06
7.1 Conceito de Gênero.....	06
7.1.1 Construção dos Papéis de Gênero.....	08
7.1.2 Violência de Gênero.....	10
7.2 Políticas Públicas.....	12
7.2.1 Lei Maria da Penha.....	12
7.2.2 Órgãos de Defesa.....	14
8 METODOLOGIA.....	15
9 CRONOGRAMA.....	16
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
APÊNDICES.....	19

1. TEMA

Violência contra a mulher.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Expressões da violência contra a mulher estudante do IFSC - Jaraguá do Sul.

3. PROBLEMA

A violência contra a mulher envolve discriminação, preconceito, assédios e atos de agressão, sendo classificada como violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. As estatísticas revelam o aumento do número de casos de violência contra a mulher, por isso a necessidade de debater sobre o tema tanto no âmbito familiar quanto no escolar. Partindo desta reflexão, questionamo-nos: as estudantes do IFSC - Jaraguá do Sul já sofreram algum tipo de violência e como esta se manifestou?

4. HIPÓTESES

- A maioria das mulheres do IFSC já sofreram algum tipo de violência;
- Mulheres na faixa etária de 14 a 22 anos acabam sendo mais vítimas de assédios;
- Estudantes casadas ou que vivenciam algum relacionamento e que vieram a sofrer algum tipo de violência, em sua maior parte o agressor foi seu parceiro;
- Violência por parte dos pais se manifesta com mais frequência em estudantes de 14 a 17 anos;
- A maioria das estudantes não denunciam o ocorrido.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivos Gerais

Verificar se as estudantes femininas do IFSC - Câmpus Jaraguá do Sul já sofreram ou sofrem algum tipo de violência e como esta violência se manifesta.

5.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar qual o principal tipo de violência sofrido pelas estudantes;
- Apontar os tipos de violência mais conhecidos pelas estudantes;
- Identificar se as estudantes vítimas de violência já relataram o ocorrido e/ou procuraram ajuda;
- Averiguar a frequência em que episódios violentos aparecem na vida das estudantes;
- Identificar quais os principais agressores e quais as circunstâncias dos episódios de violência sofrido pelas estudantes.

6. JUSTIFICATIVA

A construção social das relações de gênero evidencia que a dominação da mulher pelo homem é histórico, a violência esteve presente na vida cotidiana das mulheres por questões econômicas e culturais e, com o passar dos anos, tornou-se mais debatida na sociedade.

A violência contra a mulher se manifesta de várias formas, sendo muitas delas desconhecidas pela maioria da sociedade. Inúmeras mulheres não percebem que a situação pela qual estão passando se configura como violência, e são estes atos corriqueiros que se agravam, assim, tornando-se algo mais severo.

Neste sentido, percebemos a necessidade de debater sobre o assunto, tanto no âmbito familiar quanto no escolar, pois é algo presente em nosso cotidiano. Assim, buscamos conhecer a realidade das estudantes do IFSC no que se refere à violência de gênero, considerando que a instituição é um espaço privilegiado para o debate desta temática. Cogitamos que as estudantes podem ter sido vítimas de episódios violentos e não ter consciência deste ou não ter voz para denunciar e procurar ajuda. Esta pesquisa tem a pretensão de ajudar as estudantes a entender que violência contra a mulher vai muito além de agressões físicas. O debate acerca da violência de gênero é de suma importância para a sociedade e este trabalho se propõe a contribuir com a pesquisa deste tema a partir da realidade das estudantes do IFSC - Câmpus Jaraguá do Sul, podendo

ainda servir como base para novas pesquisas, uma vez que nenhum estudo mais aprofundado sobre este tema foi realizado na referida instituição.

Sendo assim, além de obter mais conhecimento sobre a realidade na qual as estudantes vivem, acredita-se que esta pesquisa trará benefícios para o próprio Instituto que, com a mesma, poderá ter um relacionamento mais próximo de suas alunas, conhecendo sua realidade e promovendo ações para identificar e intervir nos casos de violência e, conseqüentemente, promover ações de conscientização sobre o assunto. Também esperamos que este estudo seja um instrumento que possa dar voz às estudantes vítimas de violência e que possa contribuir para o conhecimento das mesmas sobre as formas de violência, bem como contribuir para dar visibilidade a este tema na instituição.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

7.1 Conceito de Gênero

O conceito de gênero pode ser entendido como “uma construção sócio-cultural, que se determina dentro de um contexto histórico específico e traz a referência dos papéis socialmente aceitos de masculinidade e feminilidade.” (TAVARES; ROCHA, 2008, p. 1). Neste mesmo sentido, Simone de Beauvoir (1949)¹, em seu famoso livro *O Segundo Sexo*, destaca que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico definiriam a forma como os indivíduos sexuada se tornariam homens e mulheres, e sim o conjunto da civilização que elaboraria o que qualifica o masculino e feminino” (BEAUVOIR, 1949 apud TAVARES; ROCHA, 2008, p. 2).

Deste modo, entende-se gênero como uma construção social e cultural, ligado diretamente aos papéis de masculinidade e feminilidade aceitos na sociedade.

No Brasil, ao final dos anos 1980 o termo “gênero”, mesmo que sem muita visibilidade, passou a ser utilizado pelas feministas com o intuito de se compreender melhor as relações entre homens e mulheres, como afirma Guacira Lopes Louro (1998) em seu livro “Gênero, sexualidade e educação”:

¹ Simone de Beauvoir nasceu no dia 09 de janeiro de 1908, foi escritora e filósofa e é considerada até hoje um ícone do Feminismo por apresentar em suas obras o existencialismo feminista.

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1998, p.21).

À vista disso, percebe-se que a “justificativa para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade” (LOURO, 1998, p. 22).

O uso do conceito de gênero rejeita explicitamente as características biológicas dos sujeitos e, “a pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos” (LOURO, 1998, p.24, grifo do autor).

No entanto, é necessário compreender as distinções entre gênero e sexualidade ou “identidade de gênero” e “identidade sexual”, pois é notório a presença de questões ligadas à sexualidade na maioria dos estudos sobre gênero.

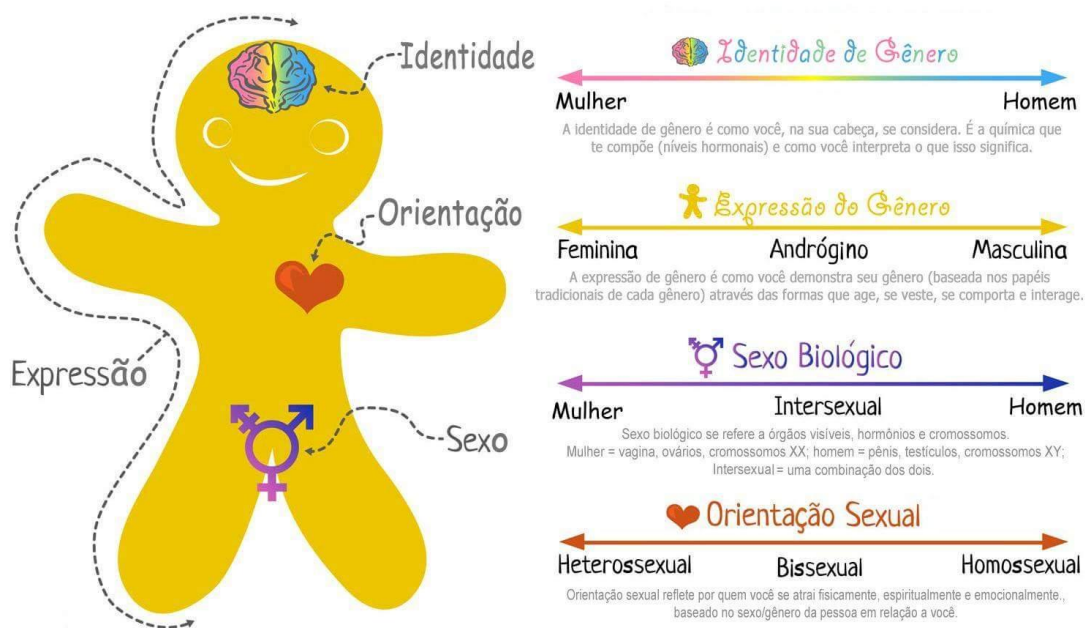
Então, entende-se que identidade de gênero “diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres” (LONGHINI, 2015?, p. 12). Portanto, de uma maneira geral, pode-se pensar que a *identidade de gênero* do sujeito está sempre a ser construída por ele, assim como está sendo e pode ser transformada nas relações do indivíduo com a sociedade, e que com o passar dos anos o sujeito vai construindo seu papel masculino ou feminino, colocando no mundo sua forma de viver.

Já a identidade sexual, pode ser definida como duas questões diferentes:

[...] por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A identidade sexual corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, heterossexual ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno (LONGHINI, 2015?, p. 12).

Assim como a identidade de gênero, a identidade sexual do sujeito também pode mudar ao decorrer do tempo.

Figura 1 – The Genderbread Person ²



Adaptado de: It's Pronounced Metrosexual.

7.1.1 Construção dos Papéis de Gênero

Martha Giudice Narvaz (2005), analisa que nos volumes, 'A História da Sexualidade - O Uso dos Prazeres' (FOUCAULT, 1990) e 'A História da Sexualidade - O Cuidado de Si' (FOUCAULT, 1990), encontram-se ideias influentes de filósofos como Aristóteles, Hipócrates, Platão e Demóstenes, que falam sobre o poder do marido ao dominar a esposa e todas as demais coisas que ele tomava tinha como dever de reproduzir, sendo assim a esposa era usada em atos sexuais apenas como objeto reprodutivo, já o prazer o marido destinava às criadas. "O ato masculino é o que determina, regula, atíça, domina e determina o início e o fim da relação sexual entre um homem e uma mulher" (NARVAZ, 2005, p.17), a mulher era submissa de seu marido, tendo como papel o de ser doméstica, manter o lar arrumado, cuidar dos filhos e se portar como uma dama diante da sociedade e, na maioria dos casos, era algo normal a infidelidade vinda do marido, que o mesmo exercia o papel dominante, de quem mandava e desmandava.

²Disponível em: <http://itspronouncedmetrosexual.com/2012/01/the-genderbread-person/#sthash.sP8wgHnr.dpbs>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Vivia-se numa sociedade machista, regrada de costumes que tratavam o sexo feminino como inferior e incapaz, sendo o homem o soberano, o dominante e portador da inteligência. Narvaz (2005, p.18) ao abordar a perspectiva de diferentes filósofos, nos traz uma visão do século XVIII:

Kant, recatado e celibatário, afirma que as mulheres que se envolvem com os conhecimentos complexos 'próprios' dos homens deveriam 'usar barba', pois esta expressaria mais visivelmente o ar de profundidade e seriedade que elas buscam. Para ele, não há nada mais feio que as mulheres, o 'belo sexo', discursarem sobre filosofia, não devendo se interessar pela ciência, pois assim se masculinizarão.

Segundo Narvaz (2005), Comte afirmava que mulher não poderia trabalhar, pois teria que lidar com dinheiro, que era algo restrito aos homens. Nestas pequenas citações é possível ter alguma noção de como era forte o machismo e de como a mulher tinha sua vida destinada a cuidar de uma casa e de seus filhos, sendo vetada de poder criar um senso crítico, de ter opiniões, de poder fazer o que bem quisesse. Narvaz (2005) ainda nos traz outros pensamentos como o de Spinoza, que comparava as mulheres a escravos, pois eram donas de uma natural falta de autonomia. Para ele, o homem não precisaria usar da força física para dominar a mulher, porque o próprio sexo já seria deliberadamente frágil, fazendo então qualquer homem ser hierarquicamente mais forte que o sexo feminino. Conforme Saffioti (1987), a partir do momento em que naturalizamos a discriminação contra mulheres e outras categorias sociais, facilita-se assim, a superioridade de homens, brancos, de heterossexuais e de ricos.

Mas não se pode tomar em conta somente estes pensadores. Podemos citar "Poulain de la Barre, que escreveu sobre a igualdade dos sexos no século XVII" (PIRES, 2002. Apud NARVAZ, 2005, p.19). E com o passar dos tempos, o papel feminino na sociedade começou a mudar. A percepção de que homens e mulheres são iguais, que nenhum é superior ao outro, fez "Marquês de Condorcet redigir um projeto de instrução pública e igualitária para os dois sexos e uma proposta de direito de cidadania para as mulheres" (NARVAZ, 2005, p.19). Vê-se uma luta das mulheres pelos seus direitos, por igualdade. A heterogeneidade dos discursos sobre o feminino, sobre as relações sociais e familiares é encontrada também na ciência. Descobertas arqueológicas, históricas e antropológicas (BOTT, 1976; ENGELS, 1884/1964; MALINOWSKI, 1927/1983; MEAD, 1934/1975; MURARO, 1997; ROSALDO, 1895; SCHELSKY, 1968; SMITH, 1973.

Apud NARVAZ, 2005, p.20) mostram que homens e mulheres tinham corpos equivalentes, sendo assim, sem diferenças biológicas no que se refere ao cérebro, como vê-se naquela época e, até atualmente é possível ver um pouco disto.

7.1.2 Violência de Gênero

Desde o princípio da sociedade, o papel da mulher nunca foi muito além de tarefas domésticas, sendo que, mesmo atualmente, quando a liberdade de escolha de áreas profissionais e sociais é muito maior se comparada ao século passado, as mulheres tendem a assumir responsabilidades por questões culturais. “A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 11), fazendo assim com que homens tenham como prioridade outras tarefas, como sustentar financeiramente a família e protegê-la. Entende-se que muitos homens fizeram, e ainda fazem, as mulheres se sentirem inferiores física e mentalmente, assim dando início a um possível caso de violência. Observamos uma modificação estrutural na questão da família se comparada há alguns anos, bem como no papel assumido pela mulher: se antes ela assumia a posição de submissão ao seu marido, atualmente a mulher está cada vez mais em busca de sua autonomia, muitas mulheres já foram à luta pelos seus direitos, conquistando muitos deles, mas ainda se vê muitos casos de desigualdade e violência contra a mulher. Entendemos que as mulheres deveriam ter liberdade para escolher o que fazer, que roupa usar, quando quer ou não ter relações sexuais, mas na prática, nem todas têm estes direitos assegurados e ainda sofrem diversos tipos de violência.

A expressão “‘violência’ tem sua origem no latim *violentia*, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual pode se acrescentar a coação ou coerção psicológica” (LEVINSKY, 1997, p. 24. apud NARVAZ, 2005, p.37). “O termo ‘violência’, na medida que pressupõe um abuso de poder, tem sido utilizado como sinônimo de ‘abuso’” (CORSI, 1997; FOUCAULT, 1995; GUARESCHI, 2004a, 2004b; ODALIA, 1993; RAVAZZOLA, 1999; apud. NARVAZ, 2005, p.37). Ao falar de violência se deve ter em mente que ela se configura em diferentes situações e que vai muito além da violência física. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relata que a violência de gênero é a “violência sofrida pelo fato de

se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino” (CNJ, 2016, s.p). Assim, a violência contra a mulher “é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados” (CNJ, 2016, s.p.).

O artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, afirma que:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Para além dos tipos de violência mencionados na Lei Maria da Penha, podemos citar ainda a violência institucional, que é exercida pelos serviços públicos, seja por ação ou por omissão, expressa principalmente pela falta de acesso aos serviços públicos ou pela má qualidade dos mesmos. Também há a violência simbólica, que é aquela que reproduz estereótipos sobre as mulheres, reproduzindo a imagem machista imposta às mulheres.

Podemos citar ainda outras expressões muito utilizadas pelos movimentos feministas, como o *gaslighting* (expressão de violência emocional afetando o psicológico, fazendo a vítima achar que enlouqueceu e *coisas do gênero*), misoginia (desprezo, ódio em relação ao sexo feminino), *manterrupting* (quando a

mulher tem sua fala constantemente interrompida pelos homens), *mansplaining* (ato do homem, ao explicar algo para a mulher, tratá-la como ignorante por ser do gênero feminino), *bropropriating* (quando a ideia de uma mulher é apropriada por um homem e ele leva o crédito), *transfobia* (discriminação em relação a transgêneros).

7.2 Políticas Públicas

Pode-se definir política pública “como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses” (FARAH, 2004 p. 47).

As leis contra violência de gênero mostram-se “uma estratégia adotada pelos movimentos de mulheres em vários países para criar garantias formais de acesso à justiça e a direitos para mulheres em situação de violência” (PASINATO, 2015 p. 408), infelizmente, em alguns países não existem essas leis para proteger a integridade física e mental da mulher.

As leis relacionadas a esse assunto visam honrar o espaço da mulher na sociedade mundial, entretanto a mulher ainda é vista muitas vezes como alguém capaz somente de desempenhar um trabalho secundário, já que “as diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução, e público e privado” (FARAH, 2004 p. 48). E, por esse motivo as mulheres do nosso país “enfrentam um déficit em termos de reconhecimento social do seu pleno direito à justiça e que interfere com as práticas discriminatórias que prevalecem nas instituições policiais e judiciais” (PASINATO, 2015 p. 409).

7.2.1 Lei Maria da Penha

A promulgação da Lei Maria da Penha - Lei n. 11.240/2006 - foi um grande avanço no combate à violência contra a mulher e se constitui como um marco histórico contra o abuso e a exploração do direito das mulheres no Brasil (UNWOMEM, 2011 apud PASINATO, 2015 p. 409), sendo considerada “uma experiência bem-sucedida de *advocacy* feminista” (BARSTED, 2011 apud CAMPOS, 2015 p. 391).

Ao instituir uma política pública e um sistema de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e organizações não governamentais, a sua implementação depende de políticas de prevenção e assistência, do comprometimento dos agentes públicos e da articulação de toda a rede (PASINATO, 2015 apud CAMPOS, 2015 p. 393).

Sendo assim, as “reivindicações na área de combate à violência contra a mulher se dirigiram prioritariamente aos níveis estadual e municipal. As questões relativas à saúde, por sua vez, foram dirigidas, em um primeiro momento, ao Governo Federal” (FARAH, 2004 p. 52).

Essa não é a única lei que visa defender as mulheres, entretanto, é a mais utilizada e reconhecida na sociedade brasileira atualmente, pois “representa a força do movimento feminista brasileiro em sua contínua busca de espaços de diálogo com os poderes da República em prol dos direitos das mulheres” (PASINATO, 2015 p. 409), uma lei que visa proteger a integridade da mulher na sociedade.

Algumas medidas da lei são mais reconhecidas do que outras, e inúmeras delas:

Abordam o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher de forma integral, com intervenções para punir os agentes responsáveis pela violência, proteger os direitos das mulheres e promover seu acesso à assistência e a seus direitos, e a prevenção da violência por meio de campanhas e processos de mudança cultural baseados no rompimento dos padrões de relacionamento entre homens e mulheres em favor da igualdade de gênero (PASINATO, 2015 p. 415).

Para ajudar as vítimas de violência física e psicológica foi criado:

Programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas (FARAH, 2004 p. 57).

A maioria dos programas sociais foram fundados, após a Lei Maria da Penha, tornando-se defensores desta, em momentos que procuram sua ajuda quando é solicitada, assim:

Conforme a SPM/PR, a rede de serviços para mulheres em situação de violência (rede especializada) é constituída por Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas-abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (postos ou seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas,

Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL, 2011, p. 15 apud CAMPOS, 2015 p. 393).

7.2.2 Órgãos de Defesa

No Brasil, existem diversos órgãos de defesa à mulher vítima de violência física e mental, com o intuito de protegê-las. Sendo assim, inúmeros movimentos e entidades brasileiras e mundiais “passaram também a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tenham as mulheres como um de seus alvos prioritários” (FARAH, 2006 p. 55).

Nos últimos tempos, diversos serviços tais como “as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm enfocado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008 p. 269) têm recebido mais casos, porém muitos são ocultos, por vítimas não acusarem o agressor, tendo como motivos principais o medo, a aflição, a vergonha, ou por ainda nutrir algum sentimento pelo parceiro.

O órgão mais reconhecido e recorrido pela sociedade feminina é a delegacia da mulher (DM), a primeira DM visava “atender a crescente demanda dos casos de violência contra a mulher” (GANDONI-COSTA; ZUCATTI; DELL’AGLIO, 2011, p. 220), e ainda propõe-se a defender a mulher do agressor, entretanto sabemos que nem sempre é o único local para as vítimas recorrerem a ajuda.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) que atendem as mulheres vítimas de violência são inúmeras, todavia existem algumas que são mais conceituadas do que outras. Na maioria das ONGs inclui-se:

Atendimento na área de saúde e na área de educação, com ênfase na capacitação das mulheres atendidas, visando à sua reinserção social. Constitui um exemplo de iniciativa nessa área o programa Casa Rosa Mulher, de Rio Branco (Acre), que atende mulheres e meninas vítimas de violência sexual e doméstica, inserido em um política que combate também a prostituição infantil e o tráfico de mulheres. Outros exemplos são a Casa Eliane de Grammont, de São Paulo (São Paulo), a Casa Bertha Lutz, de Volta Redonda (Rio de Janeiro), e o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, de Bauru (São Paulo) (FARAH, 2006, p. 61-62).

Nos espaços de convivência destes programas recuperam a auto-estima da mulher, a sua capacidade de inserção social e dão apoio para a vítima superar o trauma que viveu (FARAH, 2004, p. 62).

8. METODOLOGIA

Para realizarmos nosso projeto "Expressões da violência contra a mulher estudante do IFSC – Jaraguá do Sul", utilizaremos dois tipos de metodologia, quantitativo e qualitativo.

O método quantitativo representa, em princípio a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretações, possibilitando conseqüentemente uma margem de segurança quanto às inferências (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Já o qualitativo é aquele em que o grupo ou o pesquisador busca obter resultados de forma mais aprofundada, sendo diferenciado do método quantitativo que é mais focado em pesquisas com dados estatísticos, o qualitativo se baseia nas questões e opiniões das pessoas e não apenas focado em números.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Inicialmente, nosso grupo fará um aprofundamento bibliográfico sobre o assunto, tendo como intuito obter mais conhecimento e dados necessários para desenvolver as argumentações e proposições que irão surgir das análises e discussões dos dados levantados no questionário.

Assim, nosso grupo aplicará um questionário online com o tema "Expressões da violência contra a mulher estudante do IFSC - Jaraguá do Sul", sendo aplicado a todas as estudantes mulheres dos cursos técnicos e curso superior. O questionário tem o intuito de identificar o conhecimento das estudantes sobre o tema, se já sofreram algum tipo de violência, qual o tipo de violência mais comum vivenciado por elas e quais os encaminhamentos dados a cada situação. Além do questionário, iremos realizar entrevistas com estudantes

que se disponibilizarem a contribuir de forma mais minuciosa sobre a sua situação, as quais serão gravadas perante o consentimento das entrevistadas. O universo da pesquisa se constitui no número total de estudantes mulheres do IFSC - Câmpus Jaraguá do Sul, ou seja, 340 estudantes, sendo que o questionário será aplicado com todas as estudantes em período de aula, se houver o consentimento dos professores para que as alunas possam ser encaminhadas até o Laboratório de Informática, e também iremos esclarecer que o mesmo é opcional e desta forma não é possível definir a amostra a ser analisada neste projeto. Quanto às entrevistas, a amostra também será definida após a aplicação do questionário.

O objetivo do projeto é compreender a dimensão de conhecimentos sobre o tema e compreender as opiniões e resultados obtidos no questionário. Portanto, em nosso questionário terá questões de múltipla escolha com o objetivo de pesquisa quantitativa (perguntas fechadas, múltipla escolha), e também contará com um espaço para perguntas abertas de forma que se obtenha um entendimento mais aprofundado sobre as experiências e opiniões das estudantes.

Após a aplicação do questionário, faremos a tabulação dos dados obtidos para análise e discussão dos resultados, que serão sistematizados através do Relatório Final de Pesquisa e, por fim, apresentarmos o mesmo em banca pública.

9. CRONOGRAMA

Atividades 2017/01	Fev 2017	Mar 2017	Abr 2017	Mai 2017	Jun 2017
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X
Elaboração de entrevista(s)	X				
Elaboração de questionários	X				
Aplicação dos questionários		X			
Realização de entrevista(s)			X	X	
Transcrição de entrevista(s)			X	X	

Computação de dados		X	X		
Análise de dados				X	
Produção do relatório		X	X	X	X
Apresentação final					X

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 08 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 19 out. 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Desafios na implementação da lei Maria da Penha**. Revista Direito GV. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0391.pdf>>. Acesso em: 18 de out. de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), **Violência contra a Mulher (Lei Maria da Penha) - Formas de Violência**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em: 09 de nov. de 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Jan/Abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 18 de out. de 2016.

GANDONI-COSTA, Lina Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher**. Revista Estudos de Psicologia. Campinas. Abr/Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>>. Acesso em: 19 de out. de 2016.

GROSSI, Patricia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de. **A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios**. Revista Athenea Digital. núm. 14. outono. 2008. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8144/2/A_Rede_de_Protecao_a_Mulher_em_Situacao_de_Violencia_Domestica_avancos_e_desafios.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 179 p.

LONGHINI, Geni Nuñez et al. **Materiais de apoio ao trabalho sobre sexualidades em sala de aula.** [Florianópolis]: NIGS/UFSC, [2015?]. 14 p.

NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência:** Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. Rio Grande do Sul: UFRS/Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 2005. (Dissertação de mestrado)

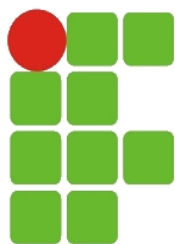
SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987. 120 p.

TAVARES, Hellen Olympia da Rocha; ROCHA, Fernando Henrique Morais da. **Gênero e dominação:** construções sociais e simbólicas do masculino e do feminino. In: 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica, Anais. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres; as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei Maria da Penha.** Revista Direito GV. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 18 de out. de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Questionário



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL

Este questionário faz parte do projeto de Iniciação Científica “Conectando Saberes”, da 2ª fase do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do IFSC – Jaraguá do Sul, para que seja analisadas as “Expressões de Violência Contra a Mulher Estudante do IFSC – Câmpus Jaraguá do Sul”.

Alunas: Alessandra Menegais Ramos, Brendha Taynara Stoeberl, Bruna Meinerz, Giovana Strehl Gauto, Joana de Almeida Zanetti, Thais Juliana Furquim Vicente.

Orientadora: Giana Carla Laikovski.

A sua participação é muito importante! (Dados pessoais não serão divulgados)

Questionário

Sobre você:

- **Faixa etária:** () De 14 a 17 anos () De 18 a 21 anos () De 22 a 29 anos () De 30 a 40 anos () Superior ou igual a 40 anos
- **Raça:** () Branco(a) () Amarelo(a) () Negro(a) () Pardo(a) () Indígena () Outra:
- **Sexo:** () Masculino () Feminino
- **Gênero:** () Mulher () Mulher Transsexual () Homem () Homem Transsexual () Não Binário () Intersexual () Outro: _____
- **Orientação sexual:** () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Pansexual () Assexual () Outro: _____
- **Renda familiar:** () Menor que R\$ 880,00 () De R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00 () De R\$ 1.761,00 a R\$ 5.280,00 () De R\$ 5.281,00 a R\$ 13.200,00 () De R\$ 13.201,00 a R\$ 26.400,00 () Acima de R\$ 26.401,00
- **Quantas pessoas moram na residência:** () 01 () 02 () 03 () 04 () 05 () 06 () 7 ou mais
- **Estado civil:** () Solteira com namorado(a) () Solteira sem namorado(a) () União estável (amasiada) () Casada () Separada/divorciada /desquitada () Viúva
- **Possui filhos:** () Não () Sim, quantos? ____
- **Em qual nível de escolaridade você está inserido:** () Educação de Jovens e Adultos – PROEJA () Ensino Médio Integrado () Ensino Técnico Subsequente () Ensino Superior
- **Trabalha?** () Não () Sim () Sim, ao longo de todo ano (fixo) () Sim, em alguma(s) época(s) do ano (temporário)

• **Se sim, em que profissão** (opcional): _____

Na sua opinião:

• Você acha que as mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens na nossa sociedade?

() Sim () As vezes () Não

Por quê? _____

• Para você, em qual grupo social a mulher é mais respeitada?

() Na família () No trabalho () Na escola/universidade () Em espaços públicos

() Outro: _____

• Quais os tipos de violência contra a mulher você conhece ou ouviu falar? (se for preciso, assinale mais de uma alternativa)

() Sexual () Física () Moral () Psicológica () Patrimonial () Institucional

() Outras: _____

Violência sexual:

• **Você já sofreu violência sexual** (qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, que a induza a comercializar ou a utilizar a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; abusos como a “encoxada” no transporte público, passadas de mão nas pernas, nádegas, seios e regiões íntimas também são considerados violência sexual)?

() Sim () Não () Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: () Namorado/marido () Ex-namorado/ex-marido () Mãe () Pai () Padrasto () Irmão () Filho () Parentes (tios/primos) () Amigo/Conhecido () Patrão/chefe () Desconhecido () Outro: _____ () Prefiro não comentar

• Local:

() Em casa () No trabalho () Na escola/universidade () No bar/balada () Em espaços públicos

() Outro: _____

• Quando isso aconteceu?

() Na primeira infância (até 6 anos) () No ensino fundamental (de 7 a 11 anos)

() No ensino médio (de 12 a 17 anos) () Na fase adulta () No último ano.

• O que você fez depois do acontecido?

() Denunciou aos órgãos competentes () Terminou a relação () Perdoou o agressor

() Contou a situação à pessoas de confiança () Não fez nada

Outros: _____

Violência física:

● **Você já sofreu violência física** (qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal, como socos, arranhões, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, etc)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

● O autor da violência foi: Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai

Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe

Desconhecido Outro: _____ Prefiro não comentar

● Local:

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços públicos

Outro: _____

● Quando isso aconteceu?

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos)

No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

● O que você fez depois do acontecido?

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor

Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência psicológica:

● **Você já sofreu violência psicológica** (qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima – como fazer com que a mulher ache que está louca - ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, que controle suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

● O autor da violência foi: Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai

Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe

Desconhecido Outro: _____ Prefiro não comentar

● Local: Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada

Em espaços públicos Outro: _____

● Quando isso aconteceu?

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos)

No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

● O que você fez depois do acontecido?

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor

Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência moral:

• **Você já sofreu violência moral** (ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. Exemplos: expor a vida sexual do casal, publicar fotos íntimas em redes sociais, assédio moral no trabalho, etc)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai
 Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe
 Desconhecido Outro: _____ Prefiro não comentar

• Local: Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada
 Em espaços públicos Outro: _____

• Quando isso aconteceu?

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos)

No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido?

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor

Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência patrimonial:

• **Você já sofreu violência patrimonial** (qualquer conduta que configure retenção, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. O não pagamento de pensão alimentícia, a proibição de que a mulher trabalhe, o controle dos gastos e do dinheiro da mulher, são exemplos de violência patrimonial)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai
 Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe
 Desconhecido Outro: _____ Prefiro não comentar

• Local: Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada
 Em espaços públicos Outro: _____

• Quando isso aconteceu?

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos)

No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido?

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor

Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência institucional:

● **Você já sofreu violência institucional** (é exercida pelos serviços públicos, seja por ação ou por omissão, expressa principalmente pela falta de acesso aos serviços públicos ou pela má qualidade dos mesmos. Exemplos: peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; desqualificação da experiência de vida da mulher; falta de escuta, frieza e pressa no atendimento; maus-tratos dos profissionais para com os usuários; violação dos direitos reprodutivos (discriminação das mulheres em processo de abortamento, aceleração do parto para liberar leitos, preconceitos acerca dos papéis sexuais e em relação às mulheres soropositivas [HIV], quando estão grávidas ou desejam engravidar)?

() Sim () Não () Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

● Local: () Serviço de Saúde () Assistência Social () Delegacia/Conselho Tutelar

() Escola/universidade () Outro: _____

● Quando isso aconteceu?

() Na primeira infância (até 6 anos) () No ensino fundamental (de 7 a 11 anos)

() No ensino médio (de 12 a 17 anos) () Na fase adulta () No último ano.

● O que você fez depois do acontecido?

() Denunciou aos órgãos competentes () Denunciou nas redes sociais () Procurou as instâncias superiores do próprio serviço () Contou a situação à pessoas de confiança

() Não fez nada Outros: _____

● Dos tipos de violência, qual você considera mais grave? (se preciso for, assinale mais de uma alternativa)

() Sexual () Física () Moral () Psicológica () Patrimonial () Institucional

() Outras: _____

Por quê? _____

● Para você, as leis brasileiras protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas?

() Sim () Em parte () Não

Caso se sinta a vontade para contribuir um pouco mais com a nossa pesquisa, deixe seus dados pessoais para entrarmos em contato:

Nome: _____ Telefone e/ou email: _____

Agradecemos a sua contribuição!